

Ata da Audiência Pública – Código Florestal

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às nove horas, no Auditório Queiroz Filho do Edifício Sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo, 115, São Paulo/SP, deu-se início à Audiência Pública com o objetivo de coletar elementos técnico-científicos para discutir as proposições legislativas que pretendem alterar o Código Florestal (Lei 4.771/65) em tramitação no Poder Legislativo e para nortear a linha de investigação sobre as tragédias causadas por enchentes e deslizamentos de morros ocorridos em São Luiz do Paraitinga e Cunha, no Vale do Paraíba.

Inicialmente, foi aberta a Audiência Pública pelo Dr. Jorge Luiz Ussier, Procurador de Justiça Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva, que explanou os objetivos da Audiência Pública e ressaltou sua importância considerando os deslizamentos e inundações que ocorreram por conta do descumprimento de normas ambientais. Pontuou que o Ministério Público fica contente em participar do debate, lembrando que, a partir do momento histórico em que a Instituição passou a tutelar interesses difusos e coletivos, o Código Florestal passou a ser mais respeitado. Anotou que o Ministério Público está a serviço dos interesses maiores da sociedade, não servindo a interesses específicos de quem quer que seja. Logo após, passou a palavra ao Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça, Coordenador da Área de Habitação e Urbanismo do Centro de Apoio Cível e de Tutela Coletiva, o qual presidiu a mesa em conjunto com o Dr. Manoel Sérgio da Rocha Monteiro, Promotor de Justiça de Caçapava e membro do Grupo de Atuação Especial para a Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), núcleo do Vale do Paraíba. O Dr. Ivan explanou a sistemática do debate, passando a palavra ao Dr. Carlos Geraldo Luz de Freitas (IPT).

Mesa 1: As áreas de risco e ambientalmente frágeis e sua inter-relação com as propostas de alteração do Código Florestal

Dr. Carlos Geraldo Luz de Freitas iniciou sua apresentação a respeito de avaliação de risco ambiental, ressaltando que se trata de questão importante e polêmica. O grau de risco é aferido principalmente em relação aos eventos, frequência e sua severidade. Com base nisso, chegou-se à formulação de diretrizes gerais no âmbito do IPT. Um dos pontos que o Código Florestal estabelece são limites mínimos, devendo ser convenientemente regulado em nível estadual e municipal, levando-se em conta as características de cada local, desde que observado o mínimo federal. O que se nota, na prática, é que esses mínimos são mínimos mesmo, e não são ampliados como deveriam. Em relação à legislação em geral, observou a questão da restrição, destacando a multidisciplinaridade da questão, além das diversas possibilidades de abordagem. Quando há uma divergência de opinião, sugeriu ser importante que se

pense muito bem quais as funções ambientais que foram pretendidas quando da elaboração no Código Florestal, ou seja, preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora. Ressaltou o caráter corretivo dos estudos de risco do meio físico, bem como o caráter preventivo da cartografia geoambiental. O Município de Cunha fez solicitação tanto sob o aspecto preventivo quanto repressivo. Logo após, passou-se à exposição do próximo palestrante.

Dr. Dalton de Morisson Valeriano (INPE) criticou a possibilidade de anistiar os desmatamentos ocorridos, inclusive fixando-se a 31 de julho de 2006, uma vez que, desde 1985, é possível mapear, via satélite, as áreas de desmatamento. Criticou, também, o fato de a floresta secundária ser relegada a um segundo plano, apesar de sua importância. Por fim, sugeriu formas de atuação a respeito da situação de São Luiz de Paraitinga e Cunha.

Dra. Solange Telles da Silva pontuou que é necessário partir de uma análise do que prevê o Código Florestal, que prevê dois tipos de área protegidas: áreas de preservação permanente e reservas legais. Comentou a respeito dos projetos de leis em tramitação que prevêem reformas das normas ambientais, pontuando que as flexibilizações pretendidas devem ser vistas com cuidado. Lembrou que o Brasil é signatário de acordos internacionais que visam proteger o meio ambiente, o que, juridicamente, impossibilitaria retrocessos na legislação ambiental.

Dr. Paulo Yoshio Kageyama asseverou que a bancada ruralista do Congresso quer acabar com os principais conceitos do Código Florestal. Exemplificou a atuação negativa dessa bancada também em relação à lei de biossegurança. Destacou que os parâmetros previstos no Código Florestal em relação às áreas de reserva legal e de proteção permanente não foram fixados aleatoriamente; muito pelo contrário, estudos aprofundados sustentam as metragens das APPs que, na verdade, contribuem para a própria produção rural, pois mantêm a biodiversidade necessária para uma melhor eficiência na produção.

Iniciados os debates, houve uma manifestação no sentido de que alguns pontos do Código Florestal poderiam, sim, ser alterados sem acarretar prejuízo ao meio ambiente, como a questão da definição de topo de morro. Registrou-se, também, o inconformismo a respeito da forma unilateral como os projetos de lei de reforma da legislação ambiental vêm sendo tratados a favor da bancada ruralista. Conclamou-se a que sejam realizadas moções nacionais contra a permanente tentativa de piorar a legislação ambiental. Foi exposta a atuação do Ministério Público em relação à ocupação irregular de áreas, exemplificando com a instauração de inquéritos civis e realização de reuniões públicas. Destacou-se que não só o Ministério Público, mas também as Organizações Não-Governamentais têm a possibilidade de se mobilizar e enfrentar a questão.

O Dr. Marcelo Goulart, Promotor de Justiça do GAEMA-Núcleo Ribeirão Preto manifestou-se no sentido de que não podemos ser ingênuos. "Estamos em meio a uma guerra. Aqueles que hoje querem modificar a legislação ambiental representam os setores mais atrasados da sociedade brasileira. Eles querem o retrocesso. Eles atacam o Estado Social de Direito. Por isso, solicito aos promotores desta audiência, que reúnam num só documento os argumentos jurídico-políticos e técnico-científicos que

venham a demonstrar o retrocesso representado pelas propostas da bancada ruralista. E que esse documento seja assinado pelos representantes da comunidade jurídica, da comunidade científica e dos movimentos sociais comprometidos com o projeto democrático da Constituição de 1988”.

O Dr. Nelson Bugalho, Promotor de Justiça do GAEMA-Núcleo Pontal do Paranapanema, manifestou-se no seguinte sentido: “No dia 03 de fevereiro o cinema da cidade de Assis foi palco de uma peça montada para legitimar a destruição da legislação ambiental brasileira. A "reforma" do Código Florestal, por si só, é tema bastante polêmico e deveria ser objeto de ampla discussão com todos os setores envolvidos, e não é isso que vem ocorrendo nas diversas audiências públicas que estão sendo realizadas no país, tal como ocorreu em Assis. O deputado Moacir Micheletto (PR), na condição de presidente da comissão especial e responsável pela condução da audiência pública, deveria ter se comportado de forma democrática, dando igual oportunidade para todos que quisessem se manifestar, e não apenas para aqueles que defendiam seu ponto de vista. Também foi lamentável a conduta do deputado federal Aldo Rebelo, que na condição de relator dos projetos que mutilam o Código Florestal e a LPNMA deveria ouvir as propostas e reclamos de todos os setores envolvidos, já anunciava previamente - e com ataques ao Ministério Público - que estava incondicionalmente do lado daqueles que intencionam transformar a legislação ambiental brasileira num verdadeiro lixo, imprestável para assegurar a proteção do patrimônio natural. Alterações na legislação ambiental podem ser promovidas, mas devem resultar de um amplo, científico e democrático debate, sob pena de converter-se num conjunto de normas de constitucionalidade questionável e que não porá fim a um conflito. Ao contrário, fatalmente irá incrementá-lo”.

A Prefeita de São Luis do Paraitinga, Ana Lúcia Bilard Sicherle, ponderou a respeito da situação da Cidade, informando que, de 11.000 habitantes, 8.000 foram atingidos pela catástrofe. Informou que a reconstrução da Cidade só será possível com o apoio de todas as esferas de Governo, bem como do Ministério Público.

Nada mais havendo a tratar. Eu, _____ Bruno Pietracateli Barbosa, Oficial de Promotoria, lavrei a presente ata, sob supervisão da _____ Dra. Cristina Godoy de Araújo Freitas.

Mesa 2: As propostas de alteração do Código Florestal

Dando continuidade à audiência pública, às 13h00, no Edifício “Campos Salles”, sede do Ministério Público de São Paulo, foi composta a segunda mesa de debates.

Dr. Jorge Luiz Ussier pontuou sobre algumas instituições participantes e passou a palavra à Dra. Cristina Godoy de Araújo Freitas, Promotora de Justiça, Coordenadora da Área de Meio Ambiente do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Cíveis e de Tutela Coletiva, que explanou sobre os objetivos da presente audiência pública, bem como as regras de realização e andamento dos trabalhos (inscrições, prazos para debates, entre outros). Convidando, em seguida para tomar a palavra a Dra. Sueli Ângelo Furlan (bióloga, mestre e doutora em geografia física pela USP e, atualmente pesquisadora e docente de tal instituição).

Dra. Sueli Ângelo Furlan agradeceu a oportunidade e afirmou que focalizaria sua apresentação em três pontos básicos: 1) a sua experiência como cidadã; 2) a trajetória de sua pesquisa e a relação com o Código Florestal e; 3) a conservação ambiental baseada em pesquisa. Dra. Sueli Furlan comentou que sempre visou ao longo de sua trajetória profissional, ao aperfeiçoamento do país. Pontuou ainda, que o Brasil, como entidade democrática, sempre teve uma marca de “grande esforços para pequenas conquistas”, e no ensejo citou a participação na constituinte e em toda história do movimento democrático e, também em termos da preservação ambiental. E, como cidadã, observou que existem posturas de desconstrução, que vem contra as pequenas vitórias conquistadas com muito esforço e sofrimento e, diz que é possível haver outro tipo de empresariado. Em termos de linha de pesquisa, informou que atualmente trabalha com a construção de modelos de preservação e conservação ambiental, sendo o código florestal um dos grandes atores na proteção ambiental. Ressaltou a importância das áreas de preservação permanente (APPs) e da reserva legal (RL) no sentido de promover, preservar e permitir a permeabilidade entre as paisagens e o fluxo gênico, por consequência, garantida a biodiversidade. Informou ainda, que, os estudos da ecologia da paisagem (que têm progredido bastante nas últimas décadas) comprovam o importante papel dessas áreas (tanto em metapopulações, quanto em situações de fragmentação, com ou sem compactação). Asseverou ainda que, nem todas as métricas utilizadas no Código Florestal seguem o aprimoramento técnico obtido atualmente, porém apesar disso, garantem desenhos e padrões de preservação bastante interessantes e que tem sido decisivos para a manutenção e a possibilidade de restauração dos recursos naturais. Salientou também a importância de que muito mais deve ser feito se desejarmos manter um mínimo de bem-estar ambiental. Criticou a postura que deseja reduzir os limites de preservação, pois do seu ponto de vista, o que se conserva atualmente ainda é insuficiente para a manutenção de diversas paisagens e, nesse contexto, perder este pouco seria inaceitável. Afirmou que o Código Florestal, em termos de conservação ambiental deve ser considerado em nível nacional, porém esse não pode ser complexo o suficiente para abarcar cada uma das peculiaridades locais. De modo que, o Código Florestal deve permanecer como está atualmente, sem a necessidade de se regionalizar ou delegar aos municípios, por exemplo, a questão dos limites mínimos a serem conservados. Afirmou ainda que a alteração do Código Florestal, tal como é proposta, um retrocesso, uma verdadeira desconstrução da legislação ambiental brasileira - e a

desconstrução deste, pode ocasionar uma desagregação de todo o processo ecológico-histórico (milênios de evolução biológica) e sua preservação.

Dra. Larissa Crescini Albernaz, Promotora de Justiça de Meio Ambiente e Secretária do GAEMA Núcleo Vale do Paraíba, passou a palavra ao Dr. Assuero Veronez (Diretor Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA).

Dr. Assuero Veronez agradeceu o convite e diz que compareceu como representante da Senadora Kátia Abreu. Confessou ainda, certa surpresa com os debates ocorridos na parte da manhã, quanto à polarização crescente e clara no posicionamento das entidades com relação à alteração do código Florestal, desde a proposição da medida provisória. Emendou que a polarização pró ou contra as alterações, não produz frutos ou soluções cabíveis. Fez provocações no sentido de tal medida provisória ser pouco democrática, já que o ministro do Ministério do Meio Ambiente, na época, o Dr. Sarney Filho criou um texto mais abrangente que fora aceito sem grandes discussões. Comentou que a tal medida fora alvo de ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), inclusive, até hoje, não votada. Frisou que essa questão necessita de uma solução. Ressaltou que existem vários projetos, mas alguns deles estão mais adiantados, devido à formação de grupos especiais (que tem grande participação da bancada ruralista) e que tem mobilizado várias audiências públicas. Apontou a insegurança jurídica ocorrida com relação à reserva legal, por exemplo, no qual os valores a serem conservados variaram grandemente antes e depois do advento do Código Florestal e a respectiva medida provisória. Há algumas décadas era permitido desmatar, de modo que o proprietário que desmatou naquela época, sofre penalidade da lei atualmente, que os obriga a recuperar tais áreas degradadas. Retrucou que diferentemente do dito na palestra do Dr. Paulo Kageyama, na época de criação da lei não houve qualquer embasamento técnico para estabelecer aqueles limites e, que atualmente foram alterados. Onerando o agricultor que deverá arcar com a recuperação ambiental daquelas áreas, sem qualquer subsídio ou apoio governamental, por exemplo.

Comentou sobre a revolução agrícola em meados dos anos 70, que alterou a posição do Brasil de importador de alimentos para o de exportador, devido ao posicionamento político de tornar o Brasil um grande produtor e, isso obviamente foi acompanhado pela expansão e ocupação de áreas rurais. Além de impulsionar uma queda nos preços dos alimentos que associado à baixa de inflação nos últimos anos oneraram o produtor agrícola, que se encontra em situação vulnerável.

Pontuou que o CNA se posiciona de modo diverso daquilo que foi insinuado hoje ao longo da Audiência, afirmou que o CNA não quer desconstruir ou destruir o Código Florestal. Apontou as quatro premissas básicas do CNA: 1) defesa do desmatamento zero: juntou uma provocação de que seria uma grande ironia, vindo de uma instituição agrícola; Acrescentou que não se pode exigir um ônus para a preservação ambiental somente do agricultor; 2) o pagamento dos serviços ambientais deve ocorrer, para tornar viável a preservação ambiental; 3) as APPs fluviais, de encostas e afins deverão ser estabelecidas por cada estado, de acordo com as peculiaridades de cada região, baseado em estudos técnico-científicos e 4) áreas rurais de produção de alimentos devem ser consolidadas (quer dizer algo que foi consolidado há tantos anos deverá ser destruído? O patrimônio que o Brasil construiu com tanto esforço ao longo

dos anos deverá ser destruído, jogado fora? – referindo-se às áreas de cultivo). Ilustrou com exemplo sobre as diferenças dos solos, das particularidades de cada solo ou rio, apontando a inviabilidade de utilizar um único parâmetro para um país com paisagens diversas e discrepantes. E, finalizou salientando que a idéia não era fomentar a destruição das florestas ou o meio ambiente, mas sim de tornar a preservação ambiental em algo viável (a aplicação do código florestal tal como está, acarretará em criminalização generalizada de ruralistas, com decorrente ônus, encarecimento de alimentos, com a falta dos mesmos... criando-se um grande embróglio – solicitando que todos discutam de forma desarmada para chegar a uma solução e uma legislação para o Brasil).

Dra. Cristina Godoy passou a palavra à Dra. Yara Schaeffer Novelli (Instituto Oceanográfico da USP).

Dra. Yara Novelli comentou que esse segundo bloco assemelhava-se a um painel. No qual verificou que foram apresentadas muitas estatísticas, tabelas e gráficos para basearem o que deu a impressão de ser algo terrorista (falta de alimentos, encarecimento destes). Citou o estudo de Odum (antigo e clássico) sobre o impacto na qualidade de vida devido à alteração das paisagens pelo uso alternativo... no início houve até um incremento na qualidade vida, porém, atualmente observa-se queda significativa deste parâmetro, em função do uso agrícola da terra. Além disso, pontuou que o Brasil não é um país dependente apenas da agricultura, mas sim de outros produtos e formas de produção. Retrucou que não se pode atualmente, considerar apenas a posição dos ruralistas, mas deve-se sim, criar uma plataforma que contemple os diversos setores do país, bem como as diferentes paisagens naturais (para além dos interesses da agricultura), cujas leis municipais ou regionalizadas não podem contemplar ou protegê-las de forma integral ou satisfatória. Citou a palestra da Dra. Solange Telles da Silva, no ponto em que ressalta a necessidade de defender o Código Florestal e pela impossibilidade de permitir vulnerar uma das poucas ferramentas e marco histórico dentro da legislação brasileira. Ajuntou que não se pode flexibilizar tal lei num momento tão delicado como o atual e que se deve atentar para os riscos ecológicos e da dependência da produtividade agrícola das condições ambientais, oras, o comprometimento dos recursos hídricos, por exemplo, certamente irá impactar negativamente na produção agrícola (este é um exemplo). Ressaltou também qual será a imagem do país nas relações exteriores, após a assinatura de diversos acordos, em termos de preservação e conservação ecológica. A desagregação da legislação ambiental (a partir do Código Florestal) afeta a segurança jurídica, abalando o estado democrático de direito. Deixando um vazio constitucional, comprometendo as possibilidades de cumprimento dos diversos tratados já assinados em âmbito internacional. Alertou ainda para a impossibilidade de haver respaldo técnico-científico no caso da pulverização do Código Florestal (legar a proteção ambiental aos estados e municípios), não será possível garantir fluxo gênico ou diversidade biológica minimamente sustentável ou eficaz.

Dr. Jorge Ussier cumprimentou os membros que compareceram para apreciar a audiência e que participarão dos debates. Passou a palavra à Dra. Larissa Albernaz, que convidou o Deputado Duarte Nogueira (Membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados) para proferir sua fala. O Dr. Duarte Nogueira agradeceu o convite e a oportunidade e fez

uma breve digressão sobre sua carreira, como deputado estadual e como secretário do ministério da agricultura e, atualmente como deputado federal. Pontuou sobre o grande papel de São Paulo no cenário político nacional, comentou que, apesar de ter poucas terras agricultáveis, se comparado com outros estados, detém um dos mais altos índices de produtividade, não só em agricultura. Informou que se trata também de um dos estados com menor proporção de cobertura verde, em termos nacionais. Comentou que são em torno de trezentos PLs que discutem alterações no Código florestal e a Comissão Especial da Câmara discute dez deles, tal trabalho irá resultar num parecer técnico a ser apreciado por diferentes entidades, instituições, órgãos, agricultores - na tentativa de se estabelecer entendimentos para o aprimoramento do dispositivo legal. Concordou com o Dr. Assuero Veronez quanto ao aprimoramento da atividade agrícola, principalmente em termos verticais de inovação tecnológica e aumento de produtividade por área cultivada. Salientou que não haveria, a princípio, conflitos entre a produtividade agrícola e a aplicação das regras de preservação e conservação. Porém, ressaltou que as alterações de tais legislações devem ser revistas com cautela, por que houve criminalização de muitos produtores rurais. Citou a experiência da Costa Rica em termos de pagamento por serviços ambientais, que mobilizou recursos internacionais e aqueles oriundos da taxa de uso de combustíveis fósseis, por exemplo, e do sucesso da aplicação de tais recursos na reversão de muitas situações de degradação ambiental. Ressaltou a importância de se chegar a um consenso, pois se trata de um problema amplo que não afeta apenas certas camadas da sociedade, mas sim de todos os brasileiros. E, como parlamentar afirmou que está ali para acolher e ouvir os diferentes posicionamentos, para a acolhida de sugestões para a criação de documentação - as audiências públicas da Comissão Especial irão prosseguir nas próximas semanas. Pediu excusas por não poder permanecer até o momento dos debates devido a conflitos de horários em sua agenda.

Dra. Cristina Godoy passou a palavra ao Dr. Carlos Bocuhy (Presidente do PROAM - ONG). Dr. Carlos Bocuhy iniciou sua fala questionando qual seria a proposta de cada um desses eventos (audiências públicas promovidas por instituições diversas), que muitas vezes, oscilam entre algo técnico-científico e um lobby com conflito de interesses econômicos de diferentes classes produtivas. E, ressaltou a diferença marcante entre os tempos econômico e biológico. Destacou a necessidade de se saber com quem se está dialogando: com grupos progressistas ou conservadores (que visam apenas à projeção financeira)? Criticou a desverticalização da legislação, que remete, não necessariamente à democratização (legando aos estados maior "autonomia"), mas sim à pressão (de interesses econômicos) local. No qual se observa que muitos municípios apresentam elementos de pressão político-econômica claros, de modo que, vereadores, por exemplo, são eleitos com base em interesses de certas classes. E, neste contexto, a discussão democrática fica prejudicada, senão impossibilitada... e a alteração do Código Florestal apresenta elementos claros de conflito de interesses de grande setores econômicos. No ensejo solicitou a permissão para projetar um vídeo que trata da temática abordada na mesa, denominado "Código Florestal" (ao final da projeção, Dr. Carlos Bocuhy afirmou que toda a audiência está sendo gravada e ficará disponível no sítio do PROAM, por tempo indeterminado, de modo que poderá ser assistido várias vezes e por quanto tempo houver interesse). Pontuou sobre o aspecto preventivo do Código Florestal e os efeitos de eventual alteração (vulneração) deste dispositivo que se refletiria através de catástrofes ambientais, tais como

deslizamentos, enchentes, etc. Alertou ainda, que tal alteração do Código Florestal é uma disputa de interesses econômicos de certos setores. A discussão não seria sobre a questão dos dispositivos legais, mas sim sobre a estrutura agrícola do país. Criticou a truculência utilizada em audiência pública prévia (Ribeirão Preto), com insinuações infundadas, como aquela dirigida ao Ministério Público de São Paulo ser “braço direito” de algumas ONGs e, por fim, solicitou que as discussões sejam norteadas de forma ética, com atores legitimados e com o saber científico adequado.

Dra. Larissa Albernaz convidou o Dr. Sérgio Leitão (Greenpeace) para proferir sua fala. Dr. Sérgio Leitão agradeceu o convite e afirmou que o Código Florestal, na época de sua criação, foi concebido com o suporte de diversos técnicos e conhecedores da questão ambiental, sem qualquer intervenção ou sugestão de órgãos internacionais (como atualmente ocorre junto à internacionalização da Amazônia) – em 1934 (sob o governo de Getúlio Vargas), a intenção era a criação de uma reserva futura, em termos recursos hídricos, de madeira e outros itens. Criticou a postura do Deputado Aldo Rebelo durante a audiência pública em Ribeirão Preto, bem como a sua ausência no presente evento. Criticou também o verdadeiro contorcionismo jurídico que tem sido utilizado para embasar as alterações em voga. Provocou também o Dr. Assuero Veronez quanto à proteção do cerrado e da caatinga (redução progressiva da reserva legal). Pontuou sobre a intenção da bancada ruralista no sentido de destruir e desconstruir a possibilidade de fiscalização do processo produtivo. Fez uma digressão sobre o período em que iniciara a carreira como advogado-ruralista, sobre o próprio assombramento quanto ao posicionamento de certos indivíduos, citando a frase: “O proprietário esquece mais rápido a perda do filho do que a perda da propriedade”. E no contexto, comentou sobre o impacto do vazio legal que reinaria após a alteração do Código Florestal, citando a seguinte frase: “Quando a realidade ignora o direito o direito ignora a realidade”. Também criticou ferozmente a política nacional de subsídios que privilegia os grandes produtores, que recebem bilhares de incentivos fiscais do governo, em contraposição ao descaso com pequenos produtores de agricultura familiar – a má distribuição dos recursos, de acordo com interesses sócio-econômicos escusos. Ressaltou ainda, que não é a legislação ambiental que trava a produtividade rural, mas sim outras questões estruturais. Elaborou um paralelo entre as justificativas para alteração do Código Florestal e a linha argumentativa utilizada durante a libertação escravagista, na qual tentava-se justificar a permanência da escravidão com argumentos frágeis e terroristas – como provável colapso econômico devido à falta de mão de obra. Asseverou que tratar-se-ia nesse caso, de utilizar uma mentira para embasar exigências descabidas, utilizando “cientistas pagos” para emitir pareceres tendenciosos. E finalizou sua fala com a seguinte frase: “O Brasil é muito mais do que sua agricultura”.

Dr. Jorge Luiz Ussier informou que o Deputado Aldo Rebelo ligou ao MP para avisar que não poderá comparecer, pois irá ao funeral do prefeito de Paraguaçu Paulista. Passou a palavra à Dra. Cristina Godoy, que convidou Dr. Mário Mantovani (Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica) para proferir sua fala.

Dr. Mário Mantovani afirmou em tom descontraído que sentiu inveja do Ministério Público que foi caluniado por sua atuação em prol da defesa do meio ambiente. Criticou as várias tentativas de vulnerar os dispositivos legais de proteção ambiental por um mesmo grupo de atores (como por exemplo, na lei da mata

atlântica, lei da biodiversidade, lei dos Organismos Geneticamente Modificados). E, pontuou que ao contrário do que estes atores esperavam, a população civil está participativa e, tem oferecido resistência às suas proposições interesseiras. Citou casos de grandes empresas que se dispuseram a modificar e a se adequar à legislação, quebrando com o discurso da época da escravidão (que persiste junto a certos grupos que ainda insistem no retrocesso da legislação). Muitos dos ruralistas que tem comparecido às audiências públicas também são “comprados”, no sentido de insinuar sobre o ônus que a preservação ambiental acarreta, exigindo o pagamento de serviços ambientais, na tentativa de receber indenizações e persistir com o discurso patrimonialista. Finalizou pontuando que tanto a SOS Mata Atlântica quanto o Greenpeace irão intervir da melhor forma para denunciar as empresas que estão por trás destes grupos e de sua atuação. Que irão quebrar o anonimato de tais empresas que utilizam organizações como a CNA para proferir suas idéias e articular esse tipo de atuação. A SOS Mata Atlântica junto a alguns ruralistas e outras instituições sérias irá buscar uma atuação transparente e provar que a sociedade civil pode reagir e se defender.

Dr. Jorge Ussier agradeceu a presença de Dra. Ana Cristina Bandeira Lins, em seguida, abriu a sessão para debates. Passou a palavra à Dra. Larissa Albernaz para convocar os inscritos.

Senhora integrante da Fundação SOS Mata Atlântica / SP – iniciou com uma digressão acerca da bancada ruralista que tem um discurso historicamente retrógrado. Criticou o beneficiamento em vários aspectos de tal categoria (tal como isenção, anistiamto, etc) e que continuam bradando por mais regalias, tal como a anistia para os danos ambientais cometidos ao longo de todos esses anos... Afirmou que a proposta da transparência é essencial e conveniente neste período eleitoral. Criticou ainda, a escolha dos locais das audiências públicas (em nichos de ruralistas, como Ribeirão Preto – provocou no sentido de que se faça audiência pública no Vale do Ribeira, no Pontal do Paranapanema, por exemplo). Deixou assim, o convite-desafio para que estes deputados compareçam diante da população para esclarecer, discutir cada um desses aspectos, para desmascarar o jogo de interesses.

Sra. Eliane Alberto – MGV (Movimento Granja Viana) – iniciou com a declamação de carta do Movimento Granja Viana que criticou diversos setores, inclusive o imobiliário que considera bastante retrógrado e, denunciou a implantação de lotes que degradaram patrimônio histórico da humanidade, que graças ao descaso do poder público persiste no empreendimento. Afirmou que a despeito da atuação do Ministério Público, a legislação continua a ser infringida, ficando assim, aqui, um pedido ao Ministério Público para a tomada de providências cabíveis, no tocante ao fazer cumprir o Código Florestal.

Sr. Roberto Varjabedian (ATP MP-SP), convidou a todos para verificar as justificativas que embasam as propostas, questionando a abordagem das mesmas que exploram incompatibilidade entre agricultura e proteção ambiental, que são completamente dependentes. Citou ainda, a necessidade de ser averiguar a validade dos dados científicos apresentados nas justificativas dos projetos (ressaltando que se trata de hum único estudo, extremamente discutível, primordialmente quantitativo, sustentado por hum único pesquisador). Atentou para a necessidade de que sejam

identificados quais são os profissionais que assessoram técnica e conceitualmente a elaboração dos projetos de lei, e que estes e o seus estudos sejam de conhecidos do público para que possam se expor a questionamentos. Criticou a proposta do CNA que envolve a proposta de desmatamento zero, lembrando que esta foi feita de forma vinculada a anistias injustificáveis. Lembrou que a supressão de florestas já é vedada pelo Código Florestal, nas Apps e na Reserva Legal. Apontou ainda vícios na possibilidade de compensar reserva legal em um mesmo bioma, citou a título de exemplo, compensar reserva legal de Pernambuco em Santa Catarina e criticou a ineficácia dos mecanismos de controle deste tipo de compensação. Criticou a série de incoerências contidas nas justificativas destas propostas, que não resistiriam a um debate sério com a comunidade científica. Destacou que as propostas como a do PL 5367 (Código Ambiental) desfiguram a Política Nacional de Meio Ambiente, e promovem alterações em conceitos muito importantes no âmbito da gestão ambiental, tais como os de "degradação ambiental" e de "impacto ambiental", e chegam a propor até a revogação do decreto que regulamenta os zoneamentos ecológico-econômicos, visando uma das pretensões centrais dos projetos de lei propostos pela bancada ruralista, que se refere à estruturação da política ambiental com base neste instrumento, em nível estadual. Afirmou ainda que, muitas dessas propostas contem muitas falácias e vícios. Alertou que haja bastante cautela na análise crítica das mesmas, pois há muitos dispositivos que determinam proteção, e até tipos de apps, que desaparecem, nos diferentes Projetos de Lei propostos.

Sr. Paulo Merlim Franco – Advogado – Direitos Humanos - Ribeirão Preto – pontuou que participa de uma comissão em defesa do Código florestal e criticou os supostos movimentos que dizem defender os interesses da população (direitos difusos) que na verdade, apenas a utiliza como veículo para defesa de seus interesses mercadológicos. Afirmou que deve prevalecer sempre o interesse da sociedade civil acima dos interesses de alguns poucos setores. Apontou ainda, o perigoso discurso que entra em conluio com a iniciativa de muitos municípios que visam o desenvolvimento econômico local-regional, que funcionaria claramente como uma iniciativa anti-ambiental. Criticou duramente a postura da Comissão Especial, durante a audiência pública em Ribeirão Preto.

Madalena Glass – Repórter Brasil – retificou que restaram várias dúvidas, entre elas: 1) se a presente audiência pública faz parte da agenda da Comissão Especial do senhor deputado Aldo Rebelo; 2) quais seriam os PLs que estão em pauta na Comissão Especial; 3) solicitou esclarecimentos quanto ao percentual de RL que pode ser recuperada com vegetação exótica, se 30 ou 50%; 4) o que se quer dizer com "MMA é um órgão para-estatal"?; 5) questionou sobre o posicionamento da EMBRAPA e do MMA sobre a elaboração de um projeto de plantio de dendê (que aparentemente, resta ainda, como algo criminoso, em sede do código ambiental brasileiro).

Dr. Jorge Ussier pontuou que esse era um espaço para colocações não exatamente para o esclarecimento de dúvidas, mas irá tentar esclarecer no que for possível (sem comprometer a estrutura de trabalho proposta), passando a palavra também às Doutoras Cristina Godoy e Larissa Alvernaz e, posteriormente ao Dr. Assuero Veronez. Dr. Jorge Ussier esclareceu que essa audiência não faz parte da agenda da Comissão Especial. E, informou que, para não fugir da proposta inicial, maiores esclarecimentos poderão ser dados ao término do evento. Dra. Cristina Godoy

indicou o caminho no sítio do MP, no qual podem ser acessados os PLs em pauta no momento. Dra. Larissa Albernaz afirmou que a presente audiência pública foi uma convocação originada no Núcleo GAEMA do Vale do Paraíba, com o intuito de colher informações técnico-científicas e também para oferecer à população outro posicionamento acerca do tema. Dr. Assuero Veronez apontou que nenhum outro setor é penalizado como o agrícola, que sofre pressão nos mais diversos sentidos (desde permanecer naquela determinada área, variação ambiental, etc).

Dra. Berenice Martins – advogada / procuradora do PROAM - agradeceu e parabenizou a iniciativa do MPSP. Questionou qual seria a posição da defesa dos elementos naturais em toda essa discussão, criticou a possibilidade de se reparar o dano ambiental substituindo a configuração original por outras (no caso de um homicídio é possível substituir a vítima?). Neste sentido, ressaltou a importância de se evitar o “trucidamento” e seguir uma linha preventiva, mantendo intacto o Código Florestal. Ainda, apontou o estado como um dos grandes poluidores-degradadores do meio ambiente e, da responsabilidade inter-geracional que cabe a todos.

Sra. Gue-Oliveira – MST - criticou o modelo de audiência pública ocorrida em Ribeirão Preto, em que houve claro beneficiamento de certos setores, com cerceamento da palavra ao MP e outras instituições, nesse sentido, solicitou, ao MP, que como instituição, intervenha e investigue tal audiência pública no qual, houve claro beneficiamento e foi conduzida com base em interesses econômicos (evento promovido pela ABAG). Apontou a necessidade de se verificar claramente quais os usuários das terras, pois houve grilagem de terras pela “Cutrale”, por exemplo, com apreensão de vários companheiros do movimento, por claros motivos de perseguição política. Citou TAC firmado com o MP, no qual o MST se propôs a garantir-preservar 35% da cobertura verde ao invés dos 20% - juntou que isso sim é cumprimento do Código Florestal. Criticou ainda, a imprensa de Ribeirão Preto que foi bastante parcial quanto ao posicionamento em relação ao movimento social do MST. E finalizou com uma provocação para que sejam tomadas providências nesse sentido – já que o MST prefere morrer a ser amordaçado, oprimido e calado.

Sra. Ana Paula Capelo – Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal: manifestou a insatisfação com a audiência pública de Ribeirão Preto em que não foi dada a palavra a tal associação, em que houve um tratamento obviamente assimétrico e não-democrático. Esclareceu que tal Associação vem estudando as alterações do Código Florestal há um tempo e criticou a falsa polêmica criada e a pressão sobre a população rural, que deve ser esclarecida, já que não há necessidade de alteração, mas sim a necessidade de criação de políticas públicas (não visamos à criminalização daqueles que já desmataram). Solicitou ainda, que se traga à tona, os estudos ambientais (já realizados e aqueles em andamento na universidade) que comprovam a eficácia do Código Florestal, mas que por interesses econômicos são relegados ao desconhecimento. Encerrou proferindo a frase: “Floresta não é mercadoria, é bem do povo”.

Dra. Sandra Schultz – docente / Santa Catarina e PROCAM-USP: pontuou que as reformas do Código Florestal seguem o mesmo curso de situação similar em Santa Catarina, reduzindo-se as metragens das APPs para cinco metros, liberando as encostas e desconsiderando a catástrofe ocorrida em 2008. Asseverou que a catástrofe

de Santa Catarina é um ensaio do que acontecerá com o Código Florestal, uma vez que houve total reestruturação da legislação atinente daquele estado, nos mesmos moldes praticados hoje para aprovar as alterações do Código Florestal (apesar da manifestação desfavorável de diversos setores da sociedade, inclusive das universidades). Comentou ainda, que o sistema de reforma, seguiu o mesmo modelo, com 10 audiências públicas, com regionalização e redução total dos critérios. Ainda, pontuou que, tudo isso foi baseado em “estudos científicos”, o qual, ela, na condição de pesquisadora, nunca teve acesso. Finalizou afirmando que se tratava de um alerta sobre as conseqüências da alteração ao Código Florestal.

Dr. Jorge Ussier questionou à mesa se desejavam aguardar o Deputado Paulo Teixeira que estava a caminho do MP. Dr. Ivan Carneiro sugeriu que, neste ínterim, se desse a palavra a quem mais quisesse se manifestar.

Dr. Assuero Veronez afirmou estar triste por não ter ocorrido um acordo, e vê que ainda não é possível um diálogo, pois muitas vezes, observa-se que há um claro embate ideológico. Colocou que o olhar sempre recai para o meio rural e a questão urbana é relegada, sendo a área urbana um dos principais pivôs da poluição e não sofre a mesma penalização que a área rural. Criticou a ocupação urbana irregular que não é penalizada com tanto rigor ou severidade quanto a rural. Criticou ainda, a venda de veículos, produção de lixo, ocupação de áreas de risco (causando deslizamentos e catástrofes urbanas), que são preocupantes, e perto disso, a questão fundiária talvez seja menor. Frisou que atualmente, o monitoramento por satélite facilitou muito o controle de ocupações na área rural (bem como a grilagem de terras, especulação e outras irregularidades) ao contrário da área urbana. Afirmou que a taxa de desmatamento também reduziu drasticamente nos últimos anos. Com relação ao Código florestal, emendou que o mesmo foi criado com base numa Medida Provisória, “na canetada” e questionou onde residiria a democracia nessa ação e, emendou que não haveria legitimidade nessa lei. Pontuou que a CNA é realmente favorável ao desmatamento zero, pois reflorestar, recuperar uma área tem um custo muito elevado. Citou um caso de um proprietário rural que sobrevive de sua terra e que acreditava ter uma área de acordo com a legislação, com a reserva legal (20%) averbada e protegida. Porém, atualmente, descobriu que um trecho ao fundo de sua propriedade virou área de preservação permanente e que deve recuperar mais 20% de sua propriedade. Qual a condição deste agricultor para lidar com isto? Assim, solicitou racionalidade na aplicação dessa legislação, em verdade, na revisão e adequação para o novo contexto do país, pois essa lei fora criada para outro Brasil. Finalizou lamentando não ter conseguido alterar o posicionamento dos presentes.

Dr. Jorge Ussier pontuou que a gravação da audiência pública ficará à disposição no sítio do MP para consulta. E, no ensejo, convidou o Deputado Paulo Teixeira, bem como o Deputado Ivan Valente para compor a mesa e prosseguirem com as falas.

Dra. Cristina Godoy passou a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, que parabenizou o MP pela importante audiência pública, que permitiu a participação dos diversos setores da sociedade. Bem como excusou-se pelo atraso devido a uma manifestação junto à prefeitura que apresentou problemas com relação à polícia militar que utilizou gás de pimenta e outras ações truculentas. Pontuou que irá começar sua

fala baseada na apresentação do Dr. Assuero Veronez, no ponto em que diz que o setor agrícola deseja seguir a legislação ambiental. Então, passou a questionar a relação dos diversos produtores rurais que ignoram a mudança do Código Florestal (por exemplo, aqueles com alta produtividade) e daqueles que a desejam. E, neste ponto, ressaltou que, por três anos conseguiram protelar os pedidos de mudança, porém, com o estabelecimento da comissão especial houve uma vigorosa retomada dos trabalhos, com força para colocar em pauta tais pedidos-exigências. Criticou a possibilidade de compensação ambiental em áreas diferentes, pois não considera a reestruturação do Código Florestal como um contexto adequado para julgar isto. Ainda, refutou a possibilidade de restauração utilizando-se plantas exóticas, baseando-se nos estudos do Dr. Paulo Kageyama, que diz que a preservação se dá através da manutenção da riqueza das espécies naquela dada área. Criticou ainda, a dilação do prazo para o cumprimento da legislação ambiental. Colocou que, algumas alterações podem ser introduzidas, mas três pontos essenciais não podem ser perdidos de vista: 1) o Brasil firmou um contrato internacional que diz que irá reduzir o desmatamento – e não deve, neste momento delicado, fazer uma reforma legislativa que autoriza o desmatamento; 2) das mudanças climáticas: permitir o desmatamento, por exemplo, é ir contra a possibilidade de contenção do aquecimento global e 3) ainda, vai contra a saúde ambiental (no estado de São Paulo houve redução drástica do uso de fogo na lavoura de cana-de-açúcar graças a intervenção do MP). Desse modo, deve haver uma coerência ideológica, além de manter o aspecto preventivo (vide as enchentes, catástrofes ambientais dos últimos meses). Comentou sobre a polêmica entre o deputado Aldo Rebello e o ministro Carlos Minc, no qual indicou a necessidade do posicionamento dos diversos órgãos contra a reforma do Código Florestal juntamente com este último. Solicitou atenção de todos no sentido de que não se trata apenas da manutenção de uma legislação, mas sim do bem-estar das próximas gerações. Retrucou que, embora o setor ruralista se diga produtivo e prejudicado com o atual estado de coisas, ele também será beneficiado futuramente, com a preservação do meio ambiente. Dr. Paulo Teixeira afirmou que será convocada uma plenária com a Comissão Especial para estabelecer entendimentos quanto às proposições de alteração do Código Florestal, ainda nas próximas semanas. Finalizou frisando a necessidade do engajamento das diversas instituições, órgãos e sociedade civil na proteção do meio ambiente, e conseqüentemente do Código Florestal.

Dr. Jorge Ussier pontuou que o deputado Ivan Valente não pôde estar presente no momento dos debates devido à manifestação junto à prefeitura. Convidando-o, em seguida, para se pronunciar. O Sr. Deputado Ivan Valente pediu excusas pelo atraso, devido a manifestação de cidadãos (8.000 famílias) que estão há mais de 40 dias debaixo d'água vivendo em situação adversa (com risco de diversas doenças, acidentes e todo tipo de intempéries). Pronunciou o seu espanto com o posicionamento do deputado Aldo Rebello que deveria compreender a importância da defesa do meio ambiente. Mencionou que até então nunca havia visto uma ofensiva tão veemente da bancada ruralista. Asseverou ainda que a reforma do Código Florestal irá impactar totalmente a legislação ambiental, desde a lei de crimes ambientais, SNUC, entre outros, de modo que poderia se até mesmo descartar qualquer política ambiental do país. Ajuntou que se trata de uma mudança revolucionária e assustadora. Devido à crescente preocupação ambiental, a bancada ruralista transformou a proposição e a propagou a idéia de que as "mudanças" são necessárias para adequar a legislação à

nova realidade sócio-econômica do país. Porém, ressaltou que, a questão aqui imposta não se trataria apenas da preservação ambiental, mas sim, sobre qual o projeto de futuro, qual o plano de desenvolvimento para o país? Qual o sistema de produção que desejamos para o país? Afirmou que a posição ruralista é um retorno ao primarismo, com claro discurso ideológico, no qual são eles que garantem o alimento de todos. É uma situação grave e juntou que o Ministério Público, juntamente com a sociedade civil organizada tem papel crucial neste momento. E finalizou dizendo que o pequeno produtor é extremamente pressionado e muitos foram co-optados por esse discurso ideológico (de modo que esta bancada ganhou um grande apoio). Frisou ainda a necessidade de haver grande transparência nesse processo, que está obscurecido pelo grande poderio econômico dos interessados.

Dr. Jorge Luiz abriu para a sessão de debates.

Tomou a palavra o Dr. Mário Mantovani, que pontuou que não existe mais diálogo possível, travou-se uma guerra entre a bancada ruralista e os demais órgãos. Informou que, durante as audiências públicas da Comissão especial ocorreram agressões verbais (a título do ocorrido com o MP) que ultrapassaram quaisquer limites de polidez ou educação mínima.

Dr. Carlos Bocuhy afirmou que não se pode permitir mais o uso de argumentos falsos, falsas premissas para atingir os objetivos escusos de certos setores. Ressalvou que a bancada ruralista vende a idéia que a solução é a reforma do Código Florestal e muitos compram a idéia... o que é algo totalmente equivocado. A grande questão é repensar o modelo produtivo do país.

Dra. Sueli Furlan agradeceu a oportunidade e diz sair satisfeita com as diversas falas, ressaltando aquela que diz que o Brasil é algo mais que a agricultura.

Dr. Paulo Teixeira ressaltou a necessidade de se realizar uma audiência pública nos mesmos moldes do ocorrido hoje em Ribeirão Preto, por exemplo, para que haja um equilíbrio de forças e formalizou o posicionamento contra a reforma do código. Assim, solicitou o apoio e empenho dos colegas e de todas as organizações ali presentes, nessa jornada em defesa do meio ambiente. Para que se manifestem e mobilizem no meio urbano também, junto ao congresso nacional, por exemplo.

Dra. Yara Novelli lamentou a força e a pressão exercida sobre os indivíduos em formação em prol do dinheiro e da força do mercado (em resposta a manifestação da Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal). Emendou que o grupo precisa de um marqueteiro, um orquestrador... diz que não será com a ciência ou com o conhecimento que irão ganhar esta guerra, tendo em vista, principalmente a aproximação do carnaval, as eleições e toda a movimentação política em torno da bancada ruralista. Asseverou sobre a urgência de se informar corretamente e reverter o cenário de alienação criado pela bancada de ruralistas (manipulando os pequenos produtores rurais, sedentos de informações, que a receberam distorcida com fins de manipulação).

Dr. Sérgio Leitão pontuou que um dos alvos e "problemas" do Código Florestal é a reserva legal (legado de José Bonifácio – que dizia para se preservar a sexta parte das terras). Devido às mudanças climáticas, o governo australiano estabeleceu a preservação de certos trechos, num modelo similar à da reserva legal, que também

sofreu grande pressão e oposição do setor ruralista. Encerrou proferindo os mandamentos de padre Cícero para os agricultores:

Os mandamentos do Padre Cícero para o agricultor:

1. "Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau
2. Não toque fogo no roçado nem na caatinga
3. Não cace mais e deixe os bichos viverem
4. Não crie o boi nem o bode soltos; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer
5. Não plante em serra acima, nem faça roçado em ladeira muito em pé: deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza
6. Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água da chuva
7. Represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta
8. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só
9. Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a você a conviver com a seca
10. Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá sempre o que comer
11. Mas, se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só"

Quem desmata semeia o inferno na Terra (Padre Cícero).

Dr. Jorge Ussier passou a palavra à Dra. Cristina Godoy para o encerramento do evento.

Dra. Cristina Godoy agradeceu a participação de todos os convidados e ressaltou a importância da presente audiência para a proteção ambiental e, foi encerrada a audiência pública às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e dez.

Nada mais havendo a tratar. Eu, _____ Dalva Megumi Hashimoto, Oficial de Promotoria, lavrei a presente ata, sob supervisão da _____ Dra. Cristina Godoy de Araújo Freitas.